



POR UMA EDUCAÇÃO SAWABONA: TOLERAR É POUCO, PARA CONVIVER É PRECISO RESPEITO

Sandra Aparecida Gurgel Vergne

Marcos Vinícius de Souza Verdugo

INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é apontar, através da leitura do cotidiano, as marcas de exclusão que têm sido perpetuadas através de estigmas e preconceitos em relação às religiões de matriz africana. Práticas de violência contra integrantes destas religiões têm sido praticadas buscando se justificar através dos mitos de demonização da cultura africana e do negro. O silenciamento da história no negro perpetua ainda hoje a visão hegemônica do negro e da negra como “descendente de escravos” e “servil”, ou reafirmando os estereótipos do “bom na dança”, no futebol e na cozinha, sendo omitido o espaço do negro na formação, cultural, social e religiosa do Brasil. Este silenciamento produz efeitos. Diversas práticas reafirmam a produção/reprodução no cotidiano de lugares diferentes para negros. A partir das relações sociais a suposta inferioridade do negro é utilizada para legitimar um racismo histórico, consentido e aprendido através de conceitos de negação de valores positivos do povo negro. Seja nos traços estéticos, corporais, culturais e intelectuais ao mesmo tempo em que é incentivando o sentimento contrário dos não negros em relação a seu lugar na sociedade. Fanon nos fala:

[...] negro, é escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos têm um comportamento neurótico. Esta desvalorização de si mantém a pessoa em estado de insegurança interior profunda, e por causa disto inibe ou falseia qualquer relação com outrem (FANON, 1979, p.65)

É neste sentido que o mito de nossa “democracia racial” tem permanecido através da linguagem, que se naturaliza no seu uso cotidiano, dificultando a mudança de mentalidade, favorecendo a repetição de estereótipos e impedindo a luta pela modificação de práticas racistas. Além



disto, este mito tem ainda incentivado a intolerância e a subserviência de uma categoria étnica em detrimento da outra.

Há uma ocultação de uma tensão visível com manutenção da ilusão de que no Brasil “não há discriminação” e as questões raciais são discutidas amplamente na sociedade. Esta construção discursiva é silenciadora, por calar a reflexão sobre nossa realidade social. Também impele à escola em particular e a sociedade como um todo a repetir e a (re)fabricar a sociedade contribuindo, e muito, para a perpetuação de diversas práticas segregacionista, que ainda se perpetuam. Mesmo diante do que se estabelece a da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nas universidades e no estabelecimento de ações afirmativas, em todas as esferas da sociedade, ela, na prática, é pouco aplicada. Embora já tenha tido inúmeros avanços, ainda faz-se necessário buscar na história os elementos que nos permitam compreender como a nossa sociedade se tornou um terreno fértil para a proliferação de diversas formas de preconceitos e discriminações contra negros negras. Podemos também destacar, em especial, a questão do caráter religioso, em particular do Estado do Rio de Janeiro, marcado por ser o campeão em denuncia de intolerância religiosa, como mostra levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), realizado em 2014. (AGÊNCIA BRASIL, 16/06/2015) Este artigo quer trazer à tona o silêncio que possibilita a perpetuação das práticas de manutenção do racismo.

No simbólico uso do cumprimento sul-africano, a palavra *sawabona*, quer dizer: “Eu te respeito, eu te valorizo, você é muito importante para mim”. Talvez esta reflexão possa abrir de outra relação possível entre nossa população. A possibilidade do enfrentamento do preconceito pode ser efetivada com ações práticas. Dentre elas está a valorização da história do negro em todos os segmentos educacionais, reconhecendo o racismo como racismo e não tão somente como *bullying*. É importante nomear adequadamente, escapando das armadilhas linguísticas, configurando-o como é de fato: um crime social chamado racismo. Como apontado por BRITO & NASCIMENTO, organizadoras do livro *Negras (In) Confidências – Bullying, não. Isto é Racismo:*



As organizadoras fazem questão de afirmar que o que ocorre com as crianças negras não é bullying e sim racismo, pois, no primeiro caso, a maior parte das agressões acontece sem a presença dos adultos e os que sofrem a agressão tendem a cometer atos de agressão por terem sofrido agressões, mas não falam sobre o assunto. O racismo, no entanto, é uma ideologia que afirma uma raça superior a outra; a ideologia é tão difundida que as agressões ocorrem tanto na presença de adultos, como os mesmos as promovem, assim, mesmo que as crianças procurem ajuda na escola, não a obterão, o que aumenta a sensação de injustiça e solidão. Acreditam que o bullying inferioriza e o racismo, para além de inferiorizar, desumaniza o ser humano. (CANOFRE, 2015)

Acreditamos que apenas no enfrentamento de obstáculos de compreensão da dinâmica racial em que vivemos, que se relacionam a nossa constituição de sujeitos brasileiros, imersos em uma cultura de demarcações sociais através da raça/cor, poderemos enfrentar o problema.

OBJETIVOS

O objetivo do presente artigo é: realizando uma análise do cotidiano, aprofundar a compreensão de como se dá a relação da aplicação da lei 10639/2003 para o enfrentamento da intolerância religiosa/racismo, bem como refletir acerca das estratégias de ação para combate ao racismo e intolerância religiosa instrucional. O cenário é o da e intolerância religiosa no Rio de Janeiro, palco de importantes impasses em relação às contradições e impasses frente à questão racial brasileira.

METODOLOGIA

A proposta metodológica é a bricolagem, pois permite ir além do que está verbalizado, mas também o que está manifesto através das práticas do cotidiano, das imagens que ficam escondidas no cenário do Rio de Janeiro



local de importância histórica, mas também em relação com a religiosidade brasileira, marcada por um ensino religioso de caráter confessional e por um estado campeão de denúncias de intolerância religiosa.

A leitura do cenário simbólico da região metropolitana do Rio de Janeiro permite refletir e atuar em um território de impasses, conflitos e sincretismo. Estado e igreja, esperança e morte, ruptura e homogeneização, tencionam-se em seu cotidiano. As proposições teóricas das Ciências da Religião nos possibilitam entender o atravessamento da religião, religiosidade, violência, intolerância e laicidade, nos permitindo enxergar as construções e resistências do que fica silenciado é neste sentido que Benjamin como um autor que vai trazer de volta a análise daquilo que estava segregado como material de análise, buscando nos meandros da história um discurso valioso para a compreensão da dinâmica de viver.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais (BHABHA, 1998, p.19).

O evangelismo escolhido é marcadamente voltado para a prosperidade econômica, onde as bênçãos de Deus se manifestariam pela capacidade de aquisição de bens de consumo. Os novos templos neopentecostais possuem muitas vezes a estética do mercado consumidor dos shoppings, assim como seu reverso se tornou verdadeiro em uma sacralização do consumo, nos espaços protegidos de uma suposta cidade ideal, isolada de pretos e pobres. Por outro lado devemos atentar para o fato da grande participação popular em festividades ligadas em especial a Umbanda. Para reflexão é importante lembrar que no estado do Rio de Janeiro a partir da Lei 5198/08, de 05 de Março de 2008, ficou estabelecido o Dia de São Jorge como feriado estadual, santo marcadamente associado a Ogum.



RESULTADOS

O resultado deste cenário são comunidades os terreiros que até mesmo chegam a ser incendiadas, como o de mãe Conceição de Lissá, de 53 anos, do Jardim Vale do Sol, em Duque de Caxias (ESTADÃO, 27/06/2014) e pais e mães de santo expulsos de favelas da Zona Norte pelo tráfico, além do fechamento dos terreiros, também foi proibido o uso de colares afros e roupas brancas. (O GLOBO, 10/09/2013). Isto vem também entrando nas instituições públicas e em especial nas escolas, vale reiterar que o Rio de Janeiro faz parte dos dois estados da federação que possui o ensino religioso confessional. , mas neste mesmo espaço onde veria se conviver com ao respeito ao diferentes pertences religiosos, teve sua entrada na escola proibida por estar ele usando as contas de candomblé (O GLOBO, 02/09/2014) e uma aluna de 11 anos foi que foi iniciada no candomblé, segundo ela foi constrangida e proibida de assistir as aulas com o *contraegum*¹ conforme notícia do jornal O DIA do dia 11/02/2015. Recentemente uma menina foi agredida com o lançamento de uma pedra, no caminho para um centro espiritualista no bairro da Vila da Penha. A agressão a fez ter perda monetanea de memória de fatos recentes, havia sido antecedida por frases agressivas de: ‘Sai Satanás, queima! Vocês vão para o inferno’ (O DIA, 16/06/2015)



Figura 1 - Reprodução de fotos do Facebook publicadas no Jornal O DIA

¹ Adereço feito de palha e amarrado aos antebraços, conhecido no candomblé.



Há uma sequência de notícias que parecem indicar uma intensificação de uma postura de hostilidade. Há ainda os acontecimentos não noticiados, pois pouco afetam a sociedade, relativamente ao território do acontecimento (se “área de risco” ou não). Hoje a proliferação dos recursos de mídia tem facilitado o acesso a uma imensa quantidade de informação, recursos ainda de difícil acesso a parcela mais pobre e negra da população. As comunidades os terreiros estão sendo incendiados. Já há registros na Associação de Proteção dos Amigos e Adeptos do Culto Afro-Brasileiro e Espírita de pelo menos 40 pais e mães de santo expulsos de favelas da Zona Norte pelo tráfico. Ao mesmo tempo em que se criam simbolismos que reforçam o conceito de inferioridade da raça negra. A prática docente do campo escolar, dos governos, líderes religiosos, meios de comunicação poderiam produzir imagem como estratégia primordiais para contribuir dentro do cotidiano não-racista.

No centro de todos esses comentários está, sem dúvida, a preocupação com a necessidade de repensar a nossa historiografia a partir do conteúdo, das concepções e pressupostos básicos desse saber disciplinar, o alcance político do saber histórico e principalmente da noção da história enquanto direito à memória, às verdades históricas, à consciência. (COSTA *et al* 1999).

No entanto Carl Rogers acredita que o organismo físico, corporal, psicológico reage de acordo com o que ele percebe de sua realidade, ou seja, um ambiente que favoreça a valorização do ser irá propiciar pessoas que tenha uma percepção em si mesma positiva elevada. Em contrapartida, o que se fizera com nossas crianças negras foi sempre o movimento oposto de desvalorização e exclusão. Como ficou explicitado pelo teste da boneca do Psicólogo americano Kenneth Clark e Mamie Clark (1950), que mudou a política educacional dos EUA. O teste explicitava os efeitos do preconceito racial junto a crianças negras, produzindo intensa negatividade sobre sua autoimagem. Aqui também é importante lembrar que muito do que hoje existe tem origem em uma ambiguidade de nosso processo religioso/cultural colonialista:

Diversas disposições do Vaticano não foram observadas na Colônia portuguesa, por terem sido vetadas pelo filtro do Estado. Além disso, há na igreja da "primeira evangelização" um equívoco estratégico basilar: **insistiu-se cedo demais na sacramentalização**. As pessoas,



desse modo, somente captaram a ideia de uma "magia mais eficaz" (J. L. Segundo), porque proveniente dos conquistadores (SOARES, 2002)

A compreensão mágica acaba com isto fazendo parte da relação com o sagrado também de católicos e protestantes, facilitando também interpretações mágicas que transparecem na identificação do outro como um mal a ser exorcizado mesmo que á ferro e fogo. Paulo Freire usa dos seus textos como denúncia de uma realidade desumanizante. Traz também o anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais do que está dito que ele é capaz. Anúncio e denúncia não são palavras vazias, mas compromisso histórico. A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. (FREIRE, 1987, p.42-43). Neste contexto a tensão está nas ruas, as Ciências da Religião apontam para a necessidade da reflexão na discussão do grande tema laicidade/religiosidade/ intolerância. O estado é laico, mas as pessoas que vivem no estado laico são pessoas religiosas o estado laico deve respeitar as religiões ou a não-religião. Mas e as tensões geradas pelos discursos e práticas ligados ao preconceito?

Com relação à belíssima encenação da "Transexual crucificada na Parada Gay", que ainda repercute cá e lá, digamos o óbvio: não há nenhuma ofensa ao símbolo cristão naquela forma artística de denúncia. Aliás, ofensa ao símbolo cristão é discriminar e violentar pessoas por questão de gênero, etnia, idade, classe, religião ou opção política. Ofensa ao símbolo cristão fizeram, por exemplo, nossos antepassados ao massacrarem índios e africanos em nome do Evangelho. Infelizmente, muitos cristãos perdem tempo imaginando que o Infinito, Absoluto e Inefável Deus se interessa pelas zonas erógenas que usamos para obter prazer. Vivam suas vidas e ajudem as pessoas a serem mais felizes. Só isso. (Comentários do Prof. Afonso Soares através de seu Facebook em 28 de junho de 2015)



**Figura 2 - Manifestação contra a homofobia na 19ª Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista
(Foto: Reuters/Joao Castellano)**

Hoje a pauta de grupos religiosos, dentre outros, está dentro do Congresso Nacional. Há uma evidente tensão, que propõe diversas formas de controle dos discursos atravessados por visões de mundo conflitantes. Porém, mesmo em meio à guerra urbana, declarada pelas elites e governos contra os negros e pobres, e sua cultura, religiosidade e cosmovisão, ainda é possível pensar a o direito a liberdade de pensamento e fé. Será preciso mudar hoje para não precisarmos perguntar: até quando?

CONCLUSÃO

Enquanto há disputas de grupos em relação ao poder e à lei, a população prossegue seu cotidiano. Neste cotidiano agressivo e tenso crianças poderão se reconhecer como pessoas plenas ou não. A escola é peça importante onde grande parte dos discursos hegemônicos se manifesta, ou ainda se repensa e reconstrói. A escola pode ser um lugar privilegiado de reconstrução de seu dia a dia. A reprodução de preconceitos em seu espaço fortalece um não-pertencimento de negros e pobres que só pode dificultar-lhes



a utilizar o espaço de forma prazerosa e produtora de crescimento. Ao reproduzir discurso, imagens e preconceitos os expulsa e silenciosamente colabora para a morte de muitos. Morte como ser no mundo, mesmo que também, morte física para alguns onde o único local de acolhimento foi o crime. Poderíamos talvez começar a nos repensar através daquilo que rejeitamos. Sawabona! Eu te reconheço! Eu te respeito! Por que não?

A Ciência da Religião poderia ser uma estratégia, não de eliminar o conflito, mas talvez de impedir a barbárie, o ódio e o medo.

A libertação, por isto, é um **parto**. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a **libertação de todos**. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, **mas homem libertando-se** (FREIRE, 1981, p.36; *grifos meus*).

Mignolo nos trás a possibilidade de nos repensarmos como lugar de produção de mundo. Fomos colonizados. Percebemos o mundo hegemonicamente segundo o que nos foi ensinado a enxergar. É preciso descolonizarmos para entender o lugar do outro. E não sermos mais um a oprimir através de algo que também nos oprime. Pode ser feito. Pode começar conosco.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade. In *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANOFRE, Fernanda. *Brasil: vítima de racismo em escola, menina é obrigada a pedir desculpas aos agressores*. Reportagem do site Global Voices, em 6 de maio de 2015. Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org>

FANON, Franz. 1979. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987



KENNETH B. CLARK AND MAMIE P. CLARK .The Journal of Negro Education.
Vol. 19, No. 3, The

Negro Child in the American Social Order (Summer, 1950), Disponível em
<http://www.jstor.org/stable/2966491>

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008.

SOARES, Afonso Maria Ligorio Soares. Sincretismo afro-católico no Brasil: **lições** de um povo em exílio. *Revista de Estudos da Religião – Pós-Graduação em Ciências da Religião - PUC-São Paulo*. 2002.